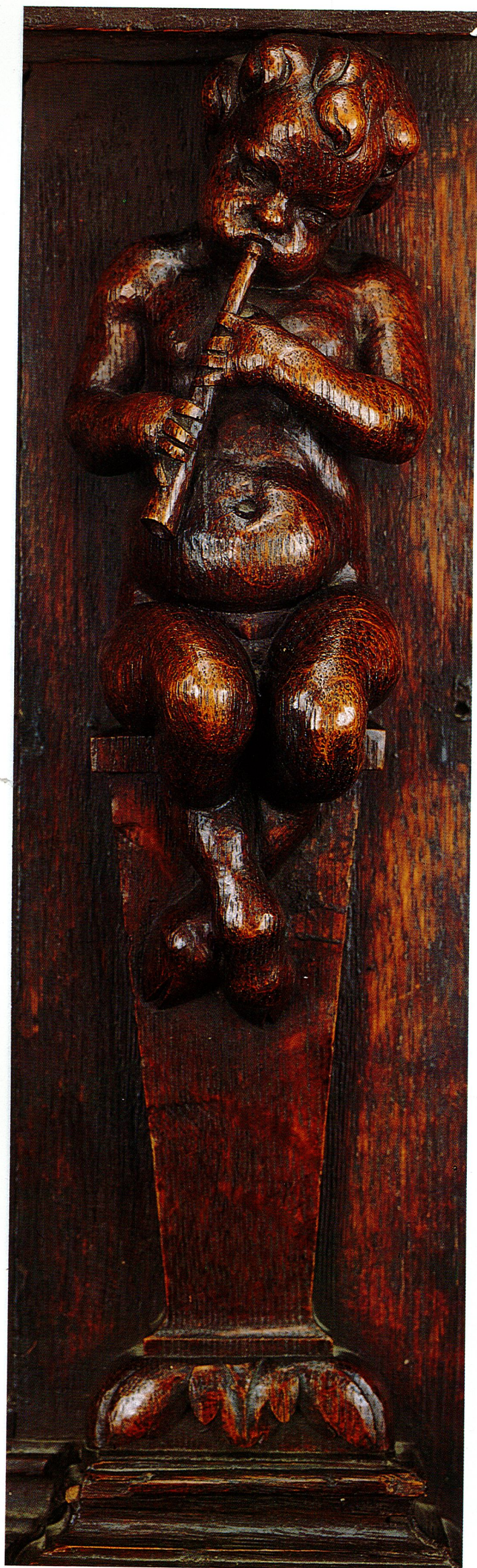




Vaticínios e superstições

1524 - 1577

MIGUEL FARIA*

«Lembrai-vos de que os tempos mais supersticiosos foram sempre os dos crimes mais horríveis»

Dicionário Filosófico de Voltaire

«O homem, filho do tempo, reparte com o mesmo tempo, ou o seu saber ou a sua importância: do presente sabe pouco, do passado menos, do futuro nada».

Padre Antônio Vieira

Fazer vaticínios. Prognosticar. Prever o futuro. Eis uma vontade permanente a todas as Eras da Humanidade. Um desejo muitas vezes interdito traduzido numa actividade em que, contudo, a História do Ocidente é fértil, perpetuada em gerações de astrólogos, adivinhos e feiticeiros.

Enquanto estes últimos «parecem ter desaparecido da terra depois de que se deixaram de queimar» continuamos habituados à existência dos primeiros no final deste século tão longo.

A distinção é antiga, sendo a Astrologia incluída na pedagogia medieval nas chamadas artes liberais. Outras formas de adivinhação, como a Hidromancia, a Cristalomancia ou a Necromancia, foram sempre severamente punidas.

Embora as Ordenações Afonsinas sejam ainda pouco claras e este respeito, a partir das Ordenações Manuelinas torna-se evidente o cenário da época desse não tão longínquo século XVI.

Nesta última compilação legislativa é exaustiva a relação de crimes aplicáveis aos feiticeiros e videntes:

«nom seja algua pessoa tam ousada, que pera adivinhar lance sortes, nem varas, pera achar aver, nem veja em ágoa, ou em cristal, ou em espelho, ou em espada de carneiro, nem façam pera adivinhar figuras, ou imagens alguas de metal, nem de qualquer outra cousa, nem se trabalhe de adivinhar em cabeça de homem morto, ou de qualquer alimaria» . . . etc, etc.

No Item seguinte (3.º) quando se falava das penas infligíveis aos feiticeiros — que iam da morte ao degredo e dos açoites públicos à marcação com ferros da letra «f» nas faces — refere-se explicitamente que «esto nom averá lugar nos Astrologos, que por sciência, e arte de astrologia, vendo primeiro as nacenças da pessoa, differem algua cousa segundo seu juízo, e regra da dita sciencia.»

Com efeito, os astrólogos movimentavam-se à vontade junto dos reis, mesmo no círculo mais restrito dos seus conselheiros, sendo frequentemente consultados sobre a oportunidade de decisões importantes a tomar. Acumulavam funções muitas vezes como físicos creditados na corte.

Com a mesma liberdade os cronistas recorriam a explicações astrais — que tinham a vantagem de serem feitas naturalmente à posteriori — para através da leitura dos horóscopos dos seus heróis justificarem o êxito — ou o malogro — das suas acções.

Na Crónica da Guiné, de Zurara, encontramos uma razão astrológica associada às Cinco razões por que o Senhor infante foi movido de mandar buscar as terras de Guiné. Essa sexta razão «parece que é a raiz donde todas as outras procedem: e isto é, inclinação das rodas celestiaes» [Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Guiné*, Capítulo VII].

* Miguel Faria — Universidade Autónoma de Lisboa. Docente do Departamento de História.



No horóscopo do Infante D. Henrique estava determinada a sua vocação de pioneiro da expansão marítima portuguesa. O autor contorna habilmente, como era hábito em textos oficiais, os limites brandamente estabelecidos pela ortodoxia religiosa, que desde a Idade Média tentava separar os campos da astrologia lícita da ilícita a chamada astrologia judiciária. Era necessário manter inviolável a autoridade divina sobre o destino humano, pelo menos nas aparências.

A astrologia podia então funcionar como um argumento de controlo sobre o *desconhecido*, neste caso o tempo. Sobre outro grande elemento de desconhecimento — o espaço — dá-nos Zurara o perfil real da época quando através da voz corrente justifica *Por que razão não ousavam os navios passar a além do Cabo Bojador*:

«Porventura não foram em Espanha outros príncipes nem senhores tão cubiçosos desta sabedoria como o Infante nosso senhor? Por certo, não é de presumir que entre tantos e tão nobres e que tão grandes e tão altos feitos fizeram por honra de sua memória, não fora algum que se disto não antremera. Mas sendo manifestos do perigo e fora da esperança da honra nem proveito, cessaram de o fazer.»

Não ousavam porque, simplesmente, antes ninguém o ousara fazer.

Perante o desconhecido o homem medieval lançava-se em prognósticos ou prudentemente recuava.

O processo da expansão marítima portuguesa, sem poder fugir a esta realidade, desenvolve-se em paralelo, sendo na sua essência uma empresa marcada pela vontade de ultrapassar esse imobilismo, esse «presente eterno» que o espírito conformista, consolidado de séculos, não ousava ultrapassar.

Para além do impacto indiscutível dos feitos náuticos dos portugueses na sua época esquece-se, muitas vezes, as condições psicológicas e mentais em que se desenvolveram num confronto permanente com um passado tradicional habituado a aceitar sem discussão os legados recebidos das anteriores gerações.

Sob este ponto de vista é vital a contribuição portuguesa para a criação do espírito inconformista caracterizador da modernidade, pela forma *positiva* como rasgou os novos mundos numa época cujo imaginário se encontrava ainda povoado de monstros e permanentes visões apocalípticas.

Um desafio que não se afirmou em exclusivo no superar da mentalidade medieval, mas também na dismitificação da sabedoria dos clássicos num combate simultâneo onde o verbo *ousar* permaneceu como princípio de uma geração apostada num futuro.

Evidente atitude de rebeldia contra o espírito de superstição dominante, assumido necessariamente por aqueles em que a sua contínua *experiência* — outra palavra chave — melhor revolvía os preconceitos consolidados de que encontramos um exemplo maior nos navegadores atlânticos. Esta aventura desenvolveu-se precisamente através do maior guardião do espaço, inspirado de todos os medos, o mar Oceano. . .

«Se queres aprender a orar entra no mar» ou «quem não sabe rezar deve fazer-se ao mar como quem não sabe dormir deve ir à igreja» são frases que, mudando pouco o conteúdo, se repetem manifestando o sentimento que o Oceano motivava [Um sentimento relacionado com as dificuldades reais que a navegação levantava e ainda hoje patente nos testemunhos dos pescadores como o documenta a frase de António Oliveira Charana antigo capitão da frota bacalhoeira: «*Nós, homens do mar, quando chegamos a terra esquecemos o que passámos no mar. Se não esquecessemos não voltávamos lá.*» Cruz/Manso A epopeia dos bacalhau, Lisboa 1984].

Mas a este medo originado no diálogo com as forças naturais somava-se o medo do sobrenatural, pronto a ocupar o seu espaço tradicional no imaginário desses corajosos pioneiros. As condições adversas da natureza rapidamente tomavam um sentido de punição divina.

A ruptura com o passado só muito gradualmente afastou as sombras da superstição. A fronteira do natural e do sobrenatural ainda era muito indefinida e se a crista da onda anunciava a modernidade, a vaga mantinha-se fiel ao imobilismo medieval.





As orações sucediam-se nos momentos difíceis. Procissões, lançamento de relíquias de santos ao mar, apelos à misericórdia, confissões colectivas na eminência do naufrágio eram situações correntes nas embarcações da carreira da Índia [Cf. F. Contente Domingues/I. Guerreiro *A vida a bordo na carreira da Índia* IICT, Lisboa, 1988].

Em paralelo com os avanços científicos, sempre alicerçados no *experimento*, sobrevivia o imaginário fantástico num Universo mitológico renovado pela literatura renascentista. Surge o Adamastor, síntese de todos os medos do Cabo das Tormentas, eternizado nos *Lusíadas*. Renascem as sereias povoando o litoral metropolitano evocadas por Damião de Góis ou os orientes longínquos de que nos chegam relatos misteriosos [Cf. Jaime Walter *Dimas Bosque, físico-mor da Índia e as Sereias* separata de *Studia*, n.º 12, Julho 1963. Neste interessante trabalho publica-se o resultados surpreendentes de uma pescaria efectuada na zona do «Golfo Gangético». Dimas Bosque revela o seu espanto ao observar espécies marinhas tão semelhantes a seres humanos, que descreve em seguida com todo o detalhe. A temática das sereias, onde frequentemente se confundem determinadas espécies animais com os seres mitológicos, mereceria um comentário mais vasto se recordarmos a persistência das suas memórias no território português, desde a iconografia da arte românica à manuelina, passando pela literatura e mesmo pela tradição popular ainda vida nos relatos de velhos pescadores].

Os sinais do firmamento mantinham-se como matéria de previsão e a palavra dos conhecedores da arte da astrologia serviam de conforto perante obstáculos imprevisíveis.

Já no reinado de D. João III, Vasco da Gama é novamente enviado à Índia, desta vez nomeado Vice-rei. Nessa viagem, de que encontramos eco na *Crônica* de Francisco de Andrada, sucedem-se estranhos acontecimentos entre os quais um «tremor de mar», descrito na referida crônica:

(...) sendo passada huma grande parte da noite deu tamanho tremor em todas as naos, que cada huma dellas se ouue por perdida... «e sem entenderem o que era se fazião sinais humas has outras com muytas bombardadas, para se guardarem do perigo em que a cada huma dellas parecia que estaua» (...) «O conde (Vasco da Gama) não deixou também de estar algum tanto confuso com esta nouidade, porem hum medico que leuaua consigo, que tinha conhecimento da arte da astrologia, lhe firou este confusão, dizendo-lhe que era tremor do mar, co qual desengano sahio ao conuez, e com a boca cheya de riso disse ha gente que nao temesse, antes se alegrasse; porque o mar tremia delles, com que todos ficaram animados e contentes.» [Francisco de Andrada *Crônica de D. João III*, I parte, Cap. LVIII, Lello e Irmão, Porto, 1976].

Notícia exemplar que revela a complexidade do espírito de uma época em que coexistem a par, nos mesmos agentes, a *moderna* vontade da mudança e os vínculos profundos do passado. Ousar e acatar. Linhas paralelas em que se desenvolve um século (XVI) que é preciso saber interpretar no paradoxo.

O ano em que se passa a referida notícia (da nova viagem de Vasco da Gama à Índia que coincidiu com a data da sua morte) é um ano chave no desenvolvimento da polémica sobre a credibilidade das previsões astrológicas.

Polémica que não era nova, mas que se reacendeu de forma notável na eminência de um enorme desastre, um novo dilúvio, prognosticado para os primeiros dias do mês de Fevereiro de 1524 que desenvolveremos adiante.

O Cristianismo sempre sentirá dificuldades em arrumar a questão das previsões astrológicas sobretudo quando determinavam juízos que colidiam com o princípio fundamental do livre arbítrio, dádiva divina considerada preciosa para a espécie humana.

Santo Agostinho nas *Confissões* [Santo Agostinho *Confissões* Livro IV, 3] expõe como conseguiu ultrapassar a «sedução da astrologia» chegando à conclusão que os astrólogos aptos a determinarem matematicamente certos fenómenos celestes, como os eclipses, em relação ao homem apenas conseguiriam atingir a verdade pelo acaso e não pela arte.

Santo Isidoro de Sevilha definiu «uma separação nítida entre a astrologia *natural* e a astrologia *supersticiosa*: a





primeira, lícita, interessava-se pelos movimentos do Sol, dos planetas e das estrelas, enquanto a segunda sem valor se ocupava dos prognósticos induzidos dos astros, e em particular dos seus cursos e posições sobre o nascimento dos homens e o seu comportamento moral.» [Cf Luis de Albuquerque *A astrologia e Gil Vicente* in Arquivos do Centro Cultural Português de Paris, Volume III FCG, Paris, 1971].

São Tomas acrescentava na mesma linha não haver nenhum pecado na utilização da astrologia «para prever os efeitos de ordem física: tempestades ou bom tempo, saúde ou doença, abundância ou esterilidade das colheitas, e tudo o que depende do mesmo modo de causas físicas e naturais. Todos disso se servem: os agricultores, os navegadores, os médicos. . . Mas a vontade humana não está submetida à necessidade astral; se o estivesse arruinaria o livre arbítrio e, do mesmo modo, o mérito.» [Cf Jean Delumeau *La peur en Occident*, Fayard, Paris, 1978, pag. 94].

Ressalta a preocupação comum dos teólogos na delimitação de áreas — a científica e a judiciária — sublinhando-se, apesar de tudo, o reconhecimento de um campo de actuação aos astrólogos estabelecendo uma linha de fronteira de difícil interpretação recomendada nos actos oficiais mas na prática e na privacidade frequentemente ultrapassada.

A realidade é que o uso da(s) astrologia(s) era corrente entre os mais poderosos, e as informações que até nós chegaram demonstram que a corte portuguesa não constituía excepção a essa regra.

Mesmo antes da fundação da nacionalidade conhecem-se notícias da aplicação da astrologia dita judiciária, referências que são mais fáceis de seguir ao longo da segunda dinastia. [Veja-se por exemplo a síntese apresentada por A. Moreira de Sá no seu estudo introdutório a edição de *O cometa do ano de 1577*, Lisboa 1950, pp. 41 e seguintes].

Na dinastia de Avis os astrólogos marcam uma presença contínua no corpo de conselheiros que gravitam em torno dos monarcas. No entanto, algumas notícias dão-nos conta das dúvidas que foram persistindo em relação à má utilização da astrologia. A mais significativa por partir do próprio monarca, é a desencadeada por D. Duarte ao consultar o Doutor Mangancha sobre a permissão da igreja relativamente aos juízos da astrologia.

A resposta apresentada segue fielmente os princípios anteriormente relatados: «qualquer astrologo pode julgar pellas constellações todas as cousas naturaes que se per ellas fazem» mas «julgar em quaes quer cousas que seião, e specialmente nas obras dos homens que tem liure arbitrio, excusom necessariamente ou determinadamente que assi ser, he pecado, defeso pella Igreja pollas allegações sobreditas» . . .

Uma terceira conclusão recomendava a consulta simultânea a três diferentes astrólogos, sem mútuo conhecimento prévio, na discussão de «feitos grandes e de grande perigo» [Moreira de Sá, op. cit. Nota II, pág. 176].

Esta posição reflecte-se na prudência com que o assunto é tratado no *Leal Conselheiro* e poderá ter influenciado D. Duarte na decisão sobre o momento do seu «levantamento por Rey» que ocasionou um episódio que provavelmente por ser invulgar para a época, mereceu destaque nas crónicas.

Quando o real infante se preparava para tomar posse do ceptro real «chegou a elle Meestre Guedelha, Judeu, seu Físico e grande Astrologo» suplicando-lhe que adiasse a cerimónia «porque estas oras em que fazees fundamento mostra seer muy perigosas, e de muy triste constellaçam, caa Jupiter estaa retrogrado, e ho Sol em decaymento com outros sinaaes que no Ceeo parecem assaz infelices.» [Rui de Pina, *Crónica de D. Duarte* Cap. II].

D. Duarte recusou-se no entanto a adiar a cerimónia, registando o cronista o interessante diálogo que se terá então estabelecido, durante o qual o astrólogo tentou, em vão, persuadir o príncipe.

A atitude do ainda príncipe mereceu a seguinte notícia complementar:

«E logo Meestre Guedelha affirmou que regnaria poucos annos, e esses seriam de grandes fadigas, e trabalhos, como foram segundo ao diante se dirá» [idem. É bom, no entanto, recordar como aliás o fez Luis de Albuquerque em relação a Zurara (op. cit. pág. 61), da «comodidade» de formular vaticínios à posteriori como é naturalmente o caso do cronista Rui de Pina].

O comentário final acrescentado por Rui de Pina parece querer dar razão ao vaticínio do astrólogo e não engana quanto ao seu ponto de vista sobre a assunto, ideia que se confirma na cerimónia de aclamação de D. Afonso V, com o relevo atribuído a mestre Guedelha «singular Físico e Astrólogo, per mandado do Yfante (D. Pedro) regulava, segundo as ynfuencias e curso dos Planetas, a melhor ora e ponto, em que se poderia dar aquela obediencia» [Rui de Pina *Crónica de D. Afonso V* Cap. II].

As notícias sucedem-se. Damião de Góis revela-nos um D. Manuel «muito dado à astrologia judiciária, em tanto que no partir das naas pera ha India ou no tempo que as sperava, mandava tirar juízos per hu grande Astrologo Portugues, morador em Lisboa» . . . «mas posto que desse crédito à astrologia, nunca ho deu a agouros, mas antes foi mui imigo delles, e lhe pesava de saber que era alguém dado a isso.» [Damião de Góis *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel* Parte IV, pp. 201-202, Coimbra, 1926].

Todos os «grandes feitos» eram propícios à adivinhação. As tentativas de pressagiar constantes.

Qualquer fenómeno natural que se cruzasse com um acontecimento importante da época tornava-se de imediato num sinal sobre o qual eram lançadas sortes. . .

D. João III é acompanhado desde o nascimento por esta tentação das profecias a que poucos resistiam.

Francisco de Andrada relata o momento deste modo: «Neste dia do seu Nascimento, sendo no tempo mais seco e mais quieto de todo o anno, ouve em Lisboa huma tão espantosa e tão desacostumada tempestade de chuvas, relampados, trovões, e curiscos, que não havia memória de homens que se lembrassem de outra semelhante» . . . «e muytos ouve que tiverão o sucesso desta tempestade, tão nova, e tão fora do seu tempo ordinário, por hum felicissimo prognóstico do imperio do principe que nascera.» [Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III*, Parte I, Capítulo I].

No dia do baptizado eclodiu um fogo de grandes proporções nos Paços Reais da Alcáçova «que de todo se apagou sem dano» fenómeno que logo motivou novo vaticínio de um reinado de «grandes resplendor» ao príncipe recém-nascido. A Inquisição toleraria em linhas gerais os prognósticos censurando no entanto as afirmações mais contundentes e passíveis de criarem sobressaltos maiores, como refere Luis de Albuquerque em relação à obra de André de Avelar *Repertório dos Tempos* (1594):

«Uma correcção de censores» . . . «confirma ainda que, muito embora fossem autorizados os juízos astrológicos de natureza vaga ou incidindo sobre factos que não poderiam perturbar a vida sem sobressaltos da sociedade em que viviam, era norma eliminar todos os prognósticos que envolvessem um determinismo rígido.

A emenda incide sobre um período em que Avelar havia escrito «Quaisquer sinaes terão certeza. . .», ora a censura ordenou que esta última palavra fosse prudentemente substituída por probabilidade atenuando assim o efeito da frase.» [Joaquim de Carvalho estudo introdutório à reedição de Fr. António de Beja *Contra os Juízos dos Astrólogos* Coimbra, 1943, pp 7 e 8.].

Transformar a certeza em probabilidade: eis, em síntese, a preocupação dominante na actividade censória da Inquisição, uma censura moderada obstruída pela própria habitual dos juízos astrológicos na prática Casa Real, contrastante com os autos-de-fé onde toda a espécie de videntes, bruxas e feiticeiros, conselheiros e executores dos anseios mágicos dos mais humildes, alimentavam o fogo da coerência do Catolicismo reformado.

Voltemos então ao ano de 1524. Havia pouco mais de dois anos que D. João III ascendera ao trono. A corte saíra de Lisboa fugida de uma peste que assolava a capital do reino.

Desde a publicação do Almanaque de João Stofflet e Iacob Pflaum (Ulm 1499) com as previsões para os anos de 1499 a 1532, que a Europa esperava com ansiedade a passagem do mês de Fevereiro do ano de 1524.

A tábuia referente a esse mês apontava os dias 4 e 5 como um momento de conjunção de Saturno, Jupiter e Marte no signo de Piscis, acontecimento que os autores do almanaque prognosticaram como um novo dilúvio universal.

O prestígio de que gozavam levou a que o prognós-



tico tivesse um enorme impacto na época, desencadeando sucessivas tomadas de posição, alimentando uma polémica onde intervieram os mais conceituados intelectuais de então. Como Joaquim de Carvalho acentuava «os pregadores, invocando a Escritura, esforçavam-se por demonstrar a impossibilidade de um novo dilúvio, os príncipes promoviam e custeavam refutações e críticas, mas não obstante a insistência nas prédicas e a abundância das censuras não faltaram indivíduos que nos princípios de 1524, cautamente, transidos de medo, fugiram para os montes, refugiaram as famílias em barcos, acumularam provisões ou, perdulariamente, desperdiçavam a fazenda pela inutilidade das economias e dos sacrifícios.» [Joaquim de Carvalho estudo introdutório à reedição de Fr. António de Beja *Contra os Juizos dos Astrólogos* Coimbra, 1943, pp 7 e 8].

Nesta página e anteriores:
 Pormenores da decoração do cadeiral do Mosteiro dos Jerónimos.
 Fotografias de Nicolas Sapieha.

O vaticínio de Stoffler espalhara, efectivamente, uma onda de inquietação a que era necessário reagir. A dimensão deste fenómeno e o alcance que obteve junto das populações e até das classes mais evoluídas culturalmente ficou registado pelo elevado número de reedições que sucessivamente surgiram do almanaque (1506, 1507, 1513, 1518, e 1521), e igualmente das obras editadas refutando o fatídico prognóstico.

O enorme impacto do problema beneficiou certamente de um elemento novo, mais ao alcance do mundo intelectual da Europa renascentista, a imprensa, que possibilitou a primeira revolução mediática do mundo moderno, aproximando os povos do Ocidente e contribuindo para a criação de um *novo tempo* de discussão colectiva dos grandes problemas contemporâneos.

Joaquim de Carvalho conta 24 títulos (Itália, Alemanha, Austria, Bélgica, França, Polónia, Espanha e Portugal) sobre a questão publicados na época.





A obra do grande humanista italiano Pico de la Mirandola *Disputationes aduersus astrologiam diuinatricem* (1496) prepararia o terreno à onda de contestação.

No quadro da polémica surge em Portugal o título *Contra os juizos dos astrólogos*, de Frei Antônio de Beja, impresso em Lisboa (1523), por mandado da Rainha D. Leonor, bem nas vésperas do desastre vaticinado.

A obra reflecte, para além das influências do referido trabalho de Pico de la Mirandola e do *De falsa diluuii prognosticatione* de Agostinho Nifo [idem, pp 107 e seguintes] a habitual prudência dos religiosos sobre a matéria.

Os anos anteriores, desde o final do reinado de D. Manuel I, tinham sido marcados por toda a espécie de intempéries. Secas, fomes, pestes e tremores de terra, um dos quais arrasaria por completo Vila Franca na Ilha açoreana de S. Miguel, num quadro apocalíptico onde pontificavam as admoestações ameaçadoras de um frade dominicano.

Perante a expectativa geral, o dia fatal passou sem qualquer alteração climática digna de registo. O dilúvio universal havia sido adiado. Foi vez dos astrólogos se verem confrontados com o espírito corrosivo do humor da época, bem patente em Gil Vicente [Veja-se Augusta Gersão Ventura *Estudos Vicentinos I: Astronomia Astrologia*, Coimbra, 1937, referido por Luis de Albuquerque, op. cit. pág. 67] ou na *Miscelânea* de Garcia de Resende:

Vimos ha astrologia
mentir toda em todo mundo,
que toda juncta dizia,
que em vinte e quatro auia
de 'auer deluuio segundo;
e seco vimos o anno,
e bem claro o engano,
em que astrologos estauam,
pois dantes tanto affirmauam
por chuvas hauer grã dâno.





1524 passou sem sinais do grande dilúvio robustecendo os que pugnavam contra os juízos dos astrólogos entre os quais se encontravam, para além dos já citados, Erasmo de Roterdão, Calvino, Savonarola, Rabelais [Cf. Jean Delumeau, *A civilização do Renascimento*, Estampa, Lisboa, 1984, Vol. II, pág. 58] e em Portugal Pedro Nunes que na dedicatória a D. João III do *De crepusculis* afirma que entende por Astronomia a «ciência que se ocupa dos astros e da universal composição do céu, que não da credence vã e já quase rejeitada que emite juízos sobre a vida e a fortuna».

[Cf. Luís de Albuquerque, op. cit., pág. 66].

A pseudo-tragédia do ano de 1524 serviu também de argumento para alguns autores [Veja-se por exemplo Teófilo Braga, *Camões Época e vida*, Porto, 1907 e Mário Saa *As memórias astrológicas de Camões* Edições do Templo 1978, constituindo este último trabalho um interessante repositório sobre este tema] na fixação do ano de nascimento do grande poeta Luís de Camões, tendo como base os seus versos da canção X, relacionando as «estrelas infelices» com o anunciado dilúvio.

«... «Quando vim da materna sepultura
De novo ao Mundo, logo me fizeram
Estrelas infelices obrigado;
Com ter livre alvedrio, mo não deram;»

Falhado o prognóstico nem por isso a crença nos poderes da astrologia passou. Os astrólogos e seus apolo-gistas tentavam uma explicação para o malogro apontando então para um erro de interpretação e não dos sinais do céu. Para alguns afinal o dilúvio pressagiado teria sido o advento da Reforma protestante...

A continuação da vitalidade da astrologia judiciária é-nos esclarecida pelos acontecimentos de 1577, o ano da passagem do Cometa.

Uma vez mais o fenómeno celeste servia de argumento para novos maus augúrios. E de novo a polémica iria eclodir entre os apolo-gistas dos juízos astrológicos e os seus detractores.

Entre os primeiros surgiram Francesco Liberati e sobretudo Francisco Juntino autor do «*Discours sur ce que menace devoir advenir la comete, apparue à Lyon le 12 de ce mois de Novembre 1577. Laquelle se voit encores à present* (Lyon 13 de Novembro de 1577).

Do outro lado surge Francisco Sanches que publicou em forma poética o *Carmen de Cometa anni M.D.LXXVII*, resposta frontal aos juízos fatalistas versados em torno do efémero astro celeste que rapidamente se difundiram [Sobre a literatura sobre o cometa de 1577 publicada à época veja-se o citado estudo introdutório de A. Moreira de Sá em *O cometa do ano de 1577*, Lisboa, 1950].

No prólogo, o distinto filósofo e médico, justifica a sua intervenção revelando que «De início eu fazia troça, ri-me desta preocupação afanosa e vã «depois» como em seguida eu visse que também certas pessoas das mais sábias prestavam atenção a estes vaticínios e neles acreditavam mais do que seria razoável»... «quis desarraigar esta velha e inconsistente heresia da cabeça daquelas pessoas em que tão firmemente ficou gravada a ideia dos agoiros inerentes aos cometas, e que não têm a inteligência tão apurada, pois as pessoas cultas o entendem claramente dispensando a minha elucidação.»

Liberati vaticinava «divisões e heresias entre católicos, rebeliões e pestes, tempestades de ventos, inundações no ocidente e desgraças para reis e príncipes tanto no oriente como no sul» ao que Juntino somava que o cometa de 1577 ameaçava um Reino que tivesse por horóscopo o signo de Caprinórnio [Cf. Moreira de Sá, op. cit. pp. 32 e 33].

Sanches rebate todos os prognósticos apresentando 12 argumentos e 12 razões expostas e analisadas por Moreira de Sá [idem pp. 34 a 39] cujo conteúdo constitui um notável exemplo de modernidade.

O impacto da passagem do cometa na época encontrou no momento político português um óptimo terreno para sementeira. Um jovem Rei, D. Sebastião, preparava com grande aparato a expedição a Alcácer Kibir.

As crónicas não deixam de relacionar o cometa com o dramático desastre nacional. A profecia encontrava eco na batalha dos três reis, um destino que a julgar pelos permanentes conselhos dissuadores não precisava de sinais para ser pressagiado.

Barbosa Machado reconstitui o momento:

«Frustradas todas as zelosas advertências, com que se empenharão os animos dos mais fieis Portuguezes em dissuadir a El Rey D. Sebastião da trágica expedição de África, acendeo o Ceo Hum horroroso Cometa, cuja mecilenta luz era fatal annunciadora da última perdição, que padecería Portugal nos campos Africanos. Em quinta feira, que se contavão 7 do mez de Novembro deste anno de 1577, se divisou depois das cinco horas da tarde com huma brancura azulada, e mayor do que communmente apparece, o Planeta de Venus, despedindo hum rayo de côr azul e leonada, inclinado para a parte de Meyo Dia» (...)

Segue-se uma rigorosa descrição astronômica da posição do cometa e a reacção popular ao acontecimento:

«Consternado fortemente o povo com a novidade da aparição do Cometa, cada qual discorria conforme a capacidade do seu juizo, conhecendo que sempre semelhantes sinaes forão calamitosos prognósticos da morte de príncipes, destruição de Monarquias, e decadência de Impérios; e como na ocasião presente fervia o nosso Reyno em apparatus militares para a jornada de Africa, receavão prudentemente, que nella se extinguiria com o seu Principe a Monarquia Portuguesa...»

Barbosa Machado refere em seguida uma série de desastres anunciados por cometas. Morte do principe herdeiro D. Afonso (1491), terramotos em Lisboa e em outras partes do reino (1531), morte da imperatriz D. Isabel (1538) e morte de Carlos V (1558).

Mas outra era a visão entre a maioria dos que rodeavam D. Sebastião «Diferente era o juízo que do mesmo cometa formavão os Palacianos, convertendo com lisongeiros artificios infaustos prognósticos em felices vaticínios».

Diziam que o nome do Cometa o incitava a cometer ideia que agradava ao jovem rei que inflexível fez do trocadilho o seu lema para a empresa culpando os demasiadamente crêdulos de se deixarem levar por «illusoens dos olhos» e repetindo, inflexível aos conselhos, *o cometa diz que acometa*. [D. Barbosa Machado *Memórias para a História de Portugal que comprehendem o Governo DelRey D. Sebastião*. . . Parte IV, Livro I, Cap. XX, Lisboa 1751. Interessante também a descrição das visões que tiveram do desastre de Alcácer Kibir no próprio dia da batalha diversas personagens entre as quais o Cardeal D. Henrique. Op. cit. Parte IV Livro II Cap. XIX].

O desastre de Alcácer Kibir confirmava os funestos presságios já equacionados pelo mesmo Francisco Sanches mas certamente pela lúcida leitura dos acontecimentos:

«Mas eu quero, embora me não estribe numa estrela crinita, nem em quaisquer outras, predizer qualquer coisa a sério, para que vejas quão fracos são os gonzoos em que assentam as portas pelas quais se revelam tamanhos prodígios do teu cometa» (...)

«Teme muito, ó Ibéria, a morte infeliz dum soberano querido!» [Moreira de Sá, op. cit. pp. 156 e 157].

No clássico de Jean Delumeau dedicado à História do medo pode-se ler:

«Adivinhar era — e é ainda para aqueles que a praticam — uma reacção de medo perante o amanhã. Na civilização de outrora, o amanhã era mais objecto de temor que de esperança.» [Cf. Jean Delumeau *La peur en occident*, Fayard, Paris 1978, pág. 93].

Fenómeno antigo, sobrevivente, aos grandes acontecimentos pronunciadores do mundo moderno que se viveram no século XVI, o mundo da astrologia, das incertezas procuradas esclarecer nos astros ou recorrendo a outros meios mais clandestinos de adivinhação, afirmam um espírito que proliferou naquele tempo de mudança [Com Luís de Albuquerque op. cit. pág. 55 concordamos «que a astrologia, como facto histórico, merece um pouco mais de consideração do que os sorrisos com que nós, homens cultos desta segunda metade do século vinte, dela em geral falamos»].

Um século afinal iniciador de uma lenta evolução. Ainda incompleta? Recordemos como Lucien Febvre via o paradoxal homem do século XVI, «num século de precursores»:

«Os homens do século XVI, e todo o século com eles, fervilham de ideias. Mas ideias confusas, que não sabem expôr claramente, que não têm palavras para enunciar perfeitamente; de ideias curtas que não sabem desenvol-



ver, prolongar, orquestrar. Por vezes num brusco estremeção, projectam um raio de luz. Uma faísca cruza a noite e apaga-se. E as trevas parecem muito densas [Lucien Febvre *O problema da descrença no século XVI* Lisboa, sd., pág. 468].

Ideia demasiado severa se pensarmos nos nossos Pedro Nunes ou Francisco Sanches. Excepções? . . . Aceitamos se pensarmos na tarefa a empreender a de descobrir um futuro sem qualquer apoio do passado. Essa a gigantesca tarefa dos «pequenos» homens quinhentistas. Chegar ao fim dos espaços. Chegar ao fim dos tempos.

Daí a sempre permanente necessidade de antecipar magicamente esse futuro, esse tempo desejado. Perante as dificuldades da ciência trilhavam-se os caminhos conhecidos da tradição, na mesma tentação intemporal que Padre Antônio Vieira nos relembra:

«A ciência dos futuros, disse Platão, é a que distingue os deuses dos homens, e daqui lhe veio sem dúvida aos homens aquele antiquíssimo apetite de serem como deuses. Aos primeiros homens, a quem Deus tinha infundido todas as ciências, nenhuma lhe faltava senão a dos futuros, e esta lhe prometeu o Demônio com a divindade, quando lhe disse: *Eritis sicut dii, scientes bonum et malum* (Sereis como Deuses, conhecendo o bem e o mal). Mas ainda que experimentaram o engano, não perderam o apetite» . . . [Padre Antônio Vieira *Livro antepreimeiro da História do Futuro*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1938, pag. 21]. ■



Figura antropomórfica alada na decoração do Cadeiral dos Jerónimos. Fotografia de Nicolas Sapieha.